

Autor: **ANDRIELLY GOMES DE JESUS**

Título: **AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DAS EMENDAS PARLAMENTARES AO ORÇAMENTO FEDERAL SOBRE O INVESTIMENTO NA SAÚDE DA FAMÍLIA**

Data da defesa: **30/10/2014**

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues**

Co-orientador: **Prof. Dr. Arlindo José Freire Portes**

## **RESUMO**

**Objeto:** Esta pesquisa é um estudo de análise da influência das emendas parlamentares ao orçamento federal sobre o investimento na atenção primária nos anos de 2011 e 2012. **Objetivos:** Verificar se a distribuição das emendas parlamentares para a atenção primária entre os municípios está de acordo com os pressupostos encontrados na literatura. Correlacionar a ocorrência das emendas com indicadores relacionados com as necessidades da população. **Métodos e procedimentos:** Trata-se de estudo descritivo transversal de caráter quantitativo. O modelo de análise utilizado foi o de regressão logística multivariada, utilizando-se os programas EPINFO 7 ® e "R"ie ainda sucessivamente a análise estatística descritiva simples utilizando o programa Excel ® com objetivo de verificar os resultados da análise anterior. As variáveis do estudo foram obtidas de fontes exclusivamente secundárias extraídas de sites governamentais, foram tratadas as inconsistências e confeccionado um banco de dados para análise. **Resultados:** A partir da análise pôde-se observar que as emendas parlamentares foram alocadas em maior proporção nos municípios que apresentam maior número de eleitores, 10,2% do total das emendas foram destinadas aos municípios que possuem acima de 276mil eleitores, enquadrados nesta categoria apenas 56 municípios do total estudados, enquanto 2.784 municípios que representam 50% do total receberam apenas 18,2% das emendas. Observou-se ainda que ha uma forte concentração de emendas parlamentares alocadas aos municípios que apresentaram maiores índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Os municípios com IDH-M até 0,796 receberam 6,8% do total das emendas, contra 23,9% do total das emendas para os municípios com IDH-M abaixo de 0,666 que representam 50% do total dos municípios. A distribuição das emendas se mostrou coerente com a variável da cobertura de saúde da família, os dados mostraram que as emendas foram destinadas em maior quantidade aos municípios que apresentaram menor cobertura, ou em tese maior necessidade desse tipo de investimento. Foram destinados aos municípios com cobertura de saúde da família inferior a 72,83% mais de 50% das emendas.

Palavras-chave: Emendas parlamentares, alocação de recursos, indicadores de saúde, atenção primária em saúde.

## ABSTRACT

**Object:** This research is an analytical study of the influence of the parliamentary amendments to the federal budget on investment in primary care in 2011 and 2012. **Objectives:** Check the distribution of parliamentary amendments to primary care among municipalities is consistent with the assumptions in the literature. Correlate the occurrence of the amendments with indicators related to the population's needs. **Methods and procedures:** This cross-sectional descriptive study of quantitative character. The analysis model was used multivariate logistic regression, using the EPINFO 7 ® programs and "R" and still turn a simple descriptive statistical analysis using Excel ® program in order to verify the results of the previous analysis. The study variables were obtained from secondary sources exclusively drawn from government websites, the inconsistencies were treated and made a database for analysis. **Results:** From the analysis it was observed that the parliamentary amendments were allocated the most in the municipalities with the greatest number of voters, 10.2% of amendments were intended to municipalities that had more than 276mil voters, included in this category only 56 municipalities of the total studied, while 2,784 municipalities representing 50% of the total received only 18.2% of the amendments. It was also observed that there is a strong concentration of parliamentary amendments allocated to municipalities that showed higher rates of municipal human development (HDI) .The municipalities with HDI to 0.796 received 6.8% of all amendments, 23 against, 9% of all amendments to the municipalities with HDI below 0.666 which represent 50% of all municipalities. The distribution of amendments proved consistent with the variable of family health coverage, the data showed that the amendments were aimed at greater amount to the municipalities that had lower coverage, or theoretically greater need for this type of investment. Was allocated to municipalities with family health coverage less than 72.83% over 50% of the amendments.

**Keywords:** Amendments parliamentarians, resource allocation, health indicators, primary health care.